

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, primeiramente eu gostaria de dizer que estamos aqui com a honrosa presença do Dr. Maurício Canto, representando os advogados contribuintes da carteira previdenciária do Ipesp, advogados e advogadas, Dr. Maurício, que foram golpe-ados pelo ex-governador Serra, pelo PSDB e pela Assembleia Legislativa em 2009, na aprovação de um projeto de lei que colocou a carteira previdenciária, uma carteira histórica, uma carteira que foi criada pelo estado, essa carteira foi colocada em processo de extinção, prejudicando 40 mil trabalhadores e trabalhadoras da área do Direito, operários do Direito.

Nós fomos ao Supremo Tribunal, nós votamos contra prati-camente aqui, a bancada do PSOL, com dois deputados apenas, nós votamos contra, mas a lei foi aprovada, foi sancionada. Nós fomos ao Supremo Tribunal Federal; tivemos uma vitória parcial, e a Associação de Defesa dos Advogados fez várias mobiliza-ções, 10 anos de luta, de resistência aqui dentro da Assembleia Legislativa, inclusive acionando o Ministério Público, acionando a OEA, buscando ajuda internacional, e depois de tanta pressão o Governo foi obrigado, o governo Alckmin foi obrigado a apre-sentar um projeto de lei, pelo menos devolvendo uma parte dos recursos que foram investidos pelos advogados e advogadas. E esse valor está sendo devolvido agora para uma parte dos advogados e advogadas, porque o Ipesp, Dr. Maurício Canto, nem praticamente avisou os advogados, não houve comunica-ção, os advogados não receberam um e-mail, não receberam telegrama, uma informação oficial de que eles poderiam se cadastrar, recebendo uma parte, pelo menos, dessa indenização, dessa reparação.

Esse é um fato, mas o que me deixa mais perplexo é que estamos recebendo diversas reclamações. Já me reuni em alguns momentos com os advogados e advogadas e a questão é a seguinte: eles estão sendo golpeados novamente.

Primeiro porque a lei aprovada aqui na Assembleia Legis-lativa, que era um projeto do próprio Executivo, garantiu a por-tabilidade, para que os advogados pudessem fazer a portabili-dade para outro sistema de Previdência, outro instituto, outro sistema de Previdência. Isso não está acontecendo. A Secretaria da Fazenda não está reconhecendo essa portabilidade. Então, exigimos que a lei seja cumprida. Está na lei a garantia da por-tabilidade para os advogados e advogadas que desejarem fazer esse aporte em outro fundo.

Outra questão importante que também achamos um absur-do e eu queria denunciar mais uma vez aqui - hoje, dia 26 de junho, já praticamente no encerramento dos nossos trabalhos -, que eu já denunciei e cobrei aqui, é a questão do imposto de renda. Isso é uma indenização, não é renda. É uma reparação. Isso não pode ter imposto de renda. Os advogados foram pre-judicados com esse desconto absurdo de 27% nessa devolução desses valores.

Então, portabilidade, imposto de renda e nós exigimos também que os advogados sejam comunicados, porque muitos deles não tiveram acesso a essa comunicação e nem sabem.

Mas quero parabenizar aqui a associação em defesa dos advogados do Ipesp, que fez uma ampla mobilização e que foi a associação responsável pela devolução de pelo menos uma parte desses valores.

Aproveito também para manifestar meu total repúdio e indignação com as prisões arbitrárias de militantes do movi-mento social, do movimento popular, do movimento de moradia aqui de São Paulo.

Fui até o Deic e hoje participei de um ato lá no centro da cidade contra essas prisões. São pessoas que conhecemos, pes-soas sérias, militantes do movimento de moradia, como a Preta, o Sidney, a Edinalva e a Angélica. Essas pessoas estão presas injustamente, prisões feitas de uma forma arbitrária pelo Deic. São militantes de um movimento importante, que é um movi-mento de moradia. Nós conhecemos a história dessas pessoas e elas estão presas, encarceradas, injustamente.

Estamos vivendo um momento de exceção aqui no estado de São Paulo. É um absurdo. E outras pessoas foram indicadas, algumas estão sendo procuradas pela polícia como se fossem bandidos, como, por exemplo, uma grande militante, que é a Carmen, que nós conhecemos há muitos anos.

Quero repudiar esse comportamento, que é do Governo do Estado. Tenho certeza de que isso é uma orientação, porque não é possível. Estamos acompanhando um processo de criminali-zação dos lutadores e das lutadoras sociais no estado de São Paulo, aqui com o governo Doria e, no País como um todo, com o governo Bolsonaro, porque no "Fantástico" teve uma matéria criminalizando o MST do Rio Grande do Sul. Então, as coisas não estão acontecendo de uma forma isolada.

Estamos preocupados com esses ataques, com essas pri-sões arbitrárias, e exigimos a imediata libertação das pessoas do movimento de moradia, que estão presas injustamente, de uma forma autoritária e arbitrária. Até recentemente, os advo-gados nem tiveram acesso aos processos. Um absurdo!

Então, nós exigimos a libertação imediata da Preta, do Sidney, da Edinalva e da Angélica. Quero registrar ainda que já protocolamos um pedido de convocação do delegado do Deic, do responsável pelo Deic por essas prisões, e também do secretário de Segurança Pública. Fizemos um requerimento convocando ambos para prestarem depoimento na Comissão de Direitos Humanos.

Então, libertação já para a Preta, o Sidney, a Edinalva e a Angélica. Contra a criminalização dos movimentos sociais, dos lutadores e lutadoras sociais!

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a redação final.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Assim como eu declarei o voto contrário da bancada no projeto, também declaro o voto contrário da bancada na redação final.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado. Só lembrando aos nobres deputados que, aprovada a redação final da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o recesso parlamentar se inicia apenas no dia 30 de junho. Então, todos os deputados precisam assinar inclusive a lista amanhã e na sexta-feira, por-que temos ainda sessão normal.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, eu quero fazer um agradecimento especial a todos os deputados desta Casa. Acho que nós tivemos um semestre muito turbulento no começo, no dia 15 de março, mas acho que acabou com as pessoas tendo consciência do que era um Parlamento.

Agradecer ao deputado Alex de Madureira, aos funcioná-rios da Casa, que fizeram um trabalho excepcional para que a gente possa tocar este Estado como nós estamos fazendo, uma LDO muito bem feita.

Quero fazer um agradecimento a você, Alex, em nome de todos os deputados, que com certeza nós vamos ter um segun-do semestre, eu espero, menos turbulento do que nós tivemos neste primeiro, mas é muito bom.

Parabéns a todos. Parabéns, Alex, às meninas da assessoria sua, da liderança do Governo, ao presidente da Comissão de Finanças, o deputado Wellington Moura, que tinha saído, mas voltou agora.

Agradecer a todos os deputados que entenderam o com-promisso do governo João Doria de melhorar o estado de São Paulo. Obrigado a todos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só para registrar o voto contrário da bancada do PSOL na redação da LDO.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado. O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD – PARA COMUNICAÇÃO - Eu queria aproveitar para agradecer ao deputado Cauê Macris, nosso presidente. Agradecer ao deputado Carlão Pignatari. Agradecer ao deputado Wellington Moura, que é o presidente da Comissão de Finanças.

Agradecer a todos os membros da Comissão de Finanças, ao deputado Dalben, ao deputado Marcio da Farmácia, ao deputado Castello Branco, Paulo Fiorilo e agradecer a todos que trabalharam e, principalmente, fazer um agradecimento especial à equipe da liderança de Governo, à equipe da liderança do PSD. Não foi fácil fazer esse relatório, 539 emendas, analisar uma a uma.

Tentar de todas as formas utilizar o máximo das emendas dos deputados para que todos se sentissem participantes dela e eu acho que foi um trabalho que não é um trabalho só do relator; é um trabalho de toda uma equipe. Queria agradecer a todos e muito obrigado pela experiência que eu tive de poder relatar a LDO 2020. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 20 horas e 43 minutos.

* * *

27 DE JUNHO DE 2019 70ª SESSÃO ORDINÁRIA

| |
|------------------------------------|
| Presidência: GILMACI SANTOS |
| Secretaria: CORONEL TELHADA |
| RESUMO |

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - DOUGLAS GARCIA

Reflete acerca de manifestação popular a ser realizada domingo, em defesa da operação Lava Jato e da reforma da Previdência. Defende a renovação política resultante do pleito eleitoral passado. Manifesta-se a favor da flexibilização da posse de armas de fogo. Acrescenta que há perigo em todo território brasileiro. Comenta o trabalho realizado neste Parlamento, neste semestre.

3 - CORONEL TELHADA

Saúda a cidade de Lavrinhas pela data comemorativa de seu aniversário. Afirma que hoje se comemora o Dia do Progresso. Lamenta morte do sargento Cristiano da Silva Santana, no Rio de Janeiro, assassinado. Anuncia que o traficante Fernandinho Guarabu fora morto hoje. Comenta possibilidade de nomeação de excedentes do Edital 121, de 2014, de concurso da Secretaria de Administração Penitenciária. Anuncia que seu pedido para criação de cargo de secretário executivo da Polícia Técnico-Científica fora negado. Clama a seus pares que aprovem a PEC 3/19, de sua autoria. Justifica voto favorável ao PLC 49/19.

4 - GIL DINIZ

Justifica posição contrária, do PSL, ao PLC 49/19. Comenta formatura do Proerd, na Escola Estadual Alfredo Ashcar, em São Mateus. Lista membros do corpo docente. Reflete acerca do combate ao consumo de drogas ilícitas. Defende a instalação do citado programa em escolas de bairros periféricos.

5 - JANAINA PASCHOAL

Explica o motivo pelo qual votara contra o PLC 49/19. Afirma que vota de forma coerente com sua convicção. Elogia o trabalho dos servidores públicos deste Parlamento. Afirma que amanhã deve ministrar palestra, no interior do estado, sobre prevenção ao uso de drogas. Crítica discurso de estímulo ao uso de substâncias ilícitas, ao associá-lo à liberdade. Lembra audiência pública para discutir a eventual desestatização do sistema penitenciário.

6 - CARLOS GIANNAZI

Crítica o Departamento de Perícias Médicas, por afronta à dignidade humana e à saúde mental de servidores a ele submetidos. Afirma que professoras têm sido humilhadas por profissionais do citado órgão. Defende a convocação de diretores, para explicações. Acrescenta que deve acionar o Conselho Regional de Medicina, para providências. Lamenta a demora na publicação da perícia, a impedir o recebimento do salário, pelo professor. Clama ao Governo do Estado a tomada de ações imediatas quanto ao exposto. Crítica isenções fiscais aprovadas nesta Casa.

7 - CORONEL NISHIKAWA

Defende o reaproveitamento de policiais militares da reserva, em funções administrativas. Exibe vídeo e comenta formatura do Proerd, em Mauá. Parabeniza o secretário da Educação.

8 - LECI BRANDÃO

Informa que a Capela dos Afiltos comemora hoje 200 anos de fundação. Clama ao Governo do Estado que preserve o local. Afirma que o bairro Liberdade recebera essa denominação em homenagem à população negra. Crítica a Secretaria da Educação. Anuncia que amanhã deve ser realizado, nesta Casa, ato solene em homenagem à população LGBTQIA+. Defende debates em torno de políticas públicas e não em razão de divergências partidárias.

9 - SARGENTO NERI

Informa visita ao 12º Batalhão da Polícia Militar, para homenagear policiais que trabalharam em ocorrência de incêndio. Corrobor a pronunciamento do deputado Coronel Telhada. Tece considerações a respeito da coragem, na política. Crítica o Governo do Estado por não reajustar a remuneração de policiais militares. Agradece ao deputado Coronel Telhada por apoio a projeto de sua autoria, em benefício de viúvas de policiais militares mortos. Comenta passagem em que reconhecera corpo de policial, em necrotério.

10 - MARCIO DA FARMÁCIA

Tece considerações sobre o trabalho de seu mandato parlamentar, neste semestre. Justifica posição favorável à isenção fiscal do ICMS do querosene da aviação. Enaltece que a medida é relevante para o estado e favorece a geração de emprego e de renda. Assevera que o Turismo em São Paulo também deve ser favorecido. Apoia o PLC 49/19.

GRANDE EXPEDIENTE

11 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, comenta decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, de autorizar a mulheres trans, o cumprimento de pena em penitenciárias femininas. Acrescenta que homens trans não devem ter o mesmo tratamento, em razão de riscos de estupros.

12 - DIRCEU DALBEN

Para comunicação, parabeniza os deputados Alex de Madureira e Wellington Moura pelo trabalho em relação ao PL 578/19. Comenta posição favorável ao PLC 49/19.

13 - FREDERICO D'AVILA

Para comunicação, reflete acerca da importância do PL 494/19. Afirma que governo do PT, no Rio Grande do Norte, adotara a mesma medida.

14 - PAULO LULA FIORILO

Pelo art. 82, indaga a seus pares como é possível o voto a favor do PL 494/19, e contrário ao PLC 49/19. Afirma que a desoneração de ICMS para o querosene da avião alcança 316 milhões de reais. Defende o aumento salarial para policiais militares e professores. Afirma que deputados do PSL e do PSDB são avessos a números. Cita dados estatísticos sobre governos do PT. Valoriza o IBGE. Informa que somente 32% da população aprova o governo Bolsonaro.

15 - LETICIA AGUIAR

Para comunicação, informa que em São José dos Campos, idosa fora torturada e espancada em assalto, em sua residência. Lamenta a impunidade, já que os autores do crime não foram presos. Defende a posse de arma de fogo, em homenagem à legítima defesa. Crítica a legislação penal do país.

16 - CARLÃO PIGNATARI

Pelo art 82, responsabiliza o PT pelo desemprego no país. Afirma que desonerações fiscais favorecem a geração de emprego e a renda. Aduz que fundos de pensão foram sucateados em governos do PT. Lembra que a população paulista tem escolhido o PSDB para gerir o estado. Acrescenta que o governo Bolsonaro extinguiu a corrupção no governo federal.

17 - TEONILIO BARBA LULA

Pelo art. 82, crítica o PL 494/19. Defende isenção fiscal para o transporte de cargas, para beneficiar quem gera emprego. Lamenta a postura de pares que votaram contra o PLC 49/19. Anuncia que o PL 578/19, permitira isenção fiscal de 17,4 bilhões de reais.

18 - CORONEL NISHIKAWA

Para comunicação, justifica voto contrário ao PLC 49/19.

19 - MARCIO DA FARMÁCIA

Pelo art.82, manifesta apoio ao governo Bolsonaro e ao governo Doria. Defende a liberdade para votar segundo suas convicções. Afirma-se favorável à redução de impostos e à geração de empregos. Tece considerações a respeito de dificuldades em administrar o estado.

20 - TEONILIO BARBA LULA

Reafirma crítica à bancada do PSL por voto contrário ao PLC 49/19. Defende reforma tributária no país. Assevera que há investigação do PSDB em curso. Argumenta que Paulo Preto tem 120 bilhões de reais depositados na Suíça. Lista e comenta privatizações promovidas pelo governo FHC. Discorre acerca da geração de empregos em governos do PT. Destaca os programas ProUni e Fome Zero. Defende o combate à informalidade.

21 - CORONEL NISHIKAWA

Para comunicação, cita e comenta concessões e desonerações levadas a efeito por governos do PT. Afirma o governo Bolsonaro não é responsável por 13,5 milhões de desempregados. Crítica o discurso do deputado Teonilio Barba. Revela que empresas japonesas têm investido no Brasil.

22 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, afirma que bilhões de reais investidos no ProUni favoreceram empresários do ensino privado. Informa que o Fies retirara recursos públicos para serem aplicados em universidades particulares. Elogia o programa Minha Casa Minha Vida.

23 - TEONILIO BARBA LULA

Para comunicação, afirma que o Fies fora criado no governo FHC. Informa que o governo Lula somente aumentara a verba destinada à Educação e derrubara a exigência de fiador. Elogia o programa ProUni.

24 - GIL DINIZ

Pelo art. 82, afirma que parlamentares têm autonomia para votarem segundo suas consciências. Informa que defende interesses de seus eleitores. Justifica voto contrário ao PLC 49/19. Assevera que o PSL não obstruía o requerimento de urgência à matéria. Crítica transferência de recursos públicos para empresários, via ProUni. Defende investimentos na educação de base e técnica.

25 - CARLÃO PIGNATARI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

26 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 28/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos. * * * - Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o nobre deputado Coronel Telhada para ler a resenha do expediente.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Perfeito, Sr. Presidente. Nós temos duas indicações. A primeira indicação é do prezado deputado, do Douglas Garcia, indicando, nos termos regimentais, ao Sr. Governador do estado que proceda a estudos para a remessa de 300 mil reais à Apae de Itaquaquecetuba.

A segunda indicação é da prezada deputada Delegada Graciela, que indica, nos termos regimentais, ao Sr. Governador do estado que adote as medidas cabíveis no sentido de encaminhar a esta Assembleia Legislativa a competente proposição para viabilizar a contratação de policiais civis aposentados para prestarem serviços de caráter administrativo nas delegacias de polícia. É somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Muito obrigado, nobre deputado Coronel Telhada. Passamos então ao Pequeno Expediente, já convidando para fazer uso da palavra o nobre deputado Luiz Fernando Lula da Silva. (Pausa.). Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Edna Macedo. (Pausa.) Deputado Altair Moraes. (Pausa.) Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Rogério Nogueira. (Pausa.) Deputado Tenente Coimbra. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Carlão Pignatari. (Pausa.) Deputado Arthur do Val. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputada Isa Penna. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Ed Thomas. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. Tem V. Exa. o tempo regimental.

Um instante, me passaram a lista errada aqui. Só um minuto, vou recomear. Esquece tudo o que eu falei até agora, me deram uma lista errada. Então, vamos começar aqui. Vou reiniciar agora o Pequeno Expediente.

Convidamos para fazer uso da palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Roberto Engler. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Frederico d'Avila. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Lula da Silva. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. Agora sim, tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Muito obrigado, Sr. Presidente, gostaria de saudar a todos da Casa. Nobre deputado Coronel Telhada, deputado Gil-maci, deputada Janaina Paschoal, deputado Coronel Nishikawa, todos os servidores da Assembleia, público que nos assiste aqui na galeria da Assembleia Legislativa e também da TV Alesp, é motivo de muita alegria para mim estar aqui novamente repre-sentando a população paulista.

Esta semana é uma semana bastante agitada, foi uma semana muito importante no cenário político brasileiro, e este final de semana, especificamente, nós trataremos de voltar às ruas. As ruas clamam novamente por justiça, as ruas clamam, novamente, pela proteção das operações que fizeram com que o nosso Brasil chegasse a este ponto, ao ponto de vermos pes-soas que, anteriormente, ocupavam cargos importantes, como presidente da República, presos.

Pessoas que, simplesmente, sambaram em cima do dinhei-ro do povo, que fizeram chacota na utilização do aparelho público, no aparelho estatal, e hoje estão presas. E para que essas operações continuem, para que a Operação Lava Jato continue sendo respeitada por todos os brasileiros e, principal-mente, pelo Congresso Nacional e também pelo Supremo Tribu-nal Federal, nós iremos às ruas no próximo domingo, no dia 30 de junho, para dizer sim à Operação Lava Jato, para dizer sim à reforma da Previdência.

Nós, brasileiros de bem, aqueles que vestem verde e ama-relo, estaremos nas ruas, na defesa do nosso Brasil, na defesa daqueles que realmente lutam pelo nosso País, pela liberdade do nosso povo e para colocar o bandido no seu devido lugar. Foi para isso que, no final do ano passado, nós votamos 17, foi para ver uma renovação política acontecendo no nosso País. E ela não pode ser barrada pelo Congresso Nacional, ela não pode ser barrada pelo STF.

O Congresso precisa legislar a favor do povo e as pautas do governo federal são pautas que favorecem a população, sejam aquelas que endurecem as penas contra o crime organi-zado, sejam aquelas que trazem mais segurança à população, dando ao povo brasileiro o seu direito à legítima defesa, como é o caso da flexibilização ao porte de armas de fogo.

Ora, aqueles, no Congresso Nacional, que esbravejaram contra o porte de armas de fogo, pasme, Coronel Nishikawa, hoje mesmo estavam reclamando de uma decisão do governo do estado do Rio de Janeiro, que simplesmente não atendeu à expectativa de uma deputada federal do PSOL, que estava pedindo uma escolta armada. Peraí, não, armas para você não, escolta armada para mim, sim. O que esse povo quer? Eles acham que a população é idiota? Acham que o povo é idiota?

Por que, deputado, você teria uma proteção a mais do que o cidadão comum, do que o cidadão que paga imposto, do que o cidadão que precisa se proteger quando, no nosso Brasil, de norte a sul, todos nós estamos correndo perigo. Não existe nenhum canto, no nosso Brasil, em que, infelizmente, esse genocídio do povo brasileiro não aconteça. A população precisa ter o seu direito à legítima defesa. Isso foi mostrado pela pró-pria bancada do PSOL no Congresso Nacional, quando criticou uma decisão do governador Witzel de não conceder escolta armada a uma deputada federal. Por que a população em geral não pode ter esse direito também, o direito de se proteger, o direito de se defender?

Essa é mais uma das razões do por que a população brasi-leira está indo às ruas no próximo dia 30, para que o Congresso Nacional respeite a vontade do povo. Será votado na Câmara dos Deputados agora o decreto que suspende o decreto do Poder Executivo com relação à flexibilização do porte de armas de fogo.

Deputados federais, ouçam a voz da população. Nós já dis-semos "não" àquelas pessoas que querem tirar da população seu direito à legítima defesa. Nós já dissemos "não" àquelas pessoas que querem promover o desarmamento. E estamos dizendo "sim" à legítima defesa.

É por isso que no dia 30 nós estaremos tomando as ruas, tanto para apoiar a legítima defesa como a Operação Lava Jato, como a reforma da Previdência e muitas outras pautas que são importantíssimas para a população brasileira.

Esse primeiro semestre aqui na Assembleia Legislativa foi um semestre agitado, foi um semestre que ficará para a histó-ria, mas mostra, sim, como será tratado o Legislativo Paulista e os nossos trabalhos aqui dentro. O que antes era uma Casa que caía no ostracismo e que, muitas vezes, não tinha destaque, agora o Legislativo Paulista tem, sim, o debate. Esse debate precisa continuar todo santo dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado, nobre deputado. Convidamos agora o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Nobre deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência tem o tempo regimental, coronel.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários e assessores aqui presentes, cabo Luiz e cabo Flávia, cumprimento-os em nome da nossa querida assessoria policial militar, todos que nos assistem pelos gabinetes, senhores e senhoras presentes, sejam bem-vindos.

Eu quero iniciar a nossa fala hoje saudando a cidade ani-versariante. É a cidade de Lavrinhas que aniversaria na data de hoje. Mandar um abraço a todos os amigos e amigas da queri-da cidade de Lavrinhas.

Lembrar a todos que hoje, dia 27 de junho, é Dia Nacional do Progresso. É o que nós mais queremos para o Brasil, pro-gresso, ordem e progresso. Está escrito aqui que o Brasil, na bandeira está escrito "Ordem e Progresso". Só falta a gente seguir agora.

Infelizmente, hoje, mais uma morte a lamentar. Um policial militar no Rio de Janeiro morreu em confronto com criminosos. É o policial militar, o sargento da Polícia Militar Cristiano da Silva Santana, de 41. Foi atingindo no confronto numa comuni-dade do Rio de Janeiro, onde ele foi morto a tiros. Logo em seguida foram presos criminosos com fuzis - aliás, um dos fuzis é até dourado - e granadas. O PM, o sargento da Silva era lotado no 7º Batalhão, em São Gonzalo. Chegou a ser socorrido, mas, infelizmente, faleceu. Infelizmente, mais um policial militar morto.

Em contrapartida, temos uma notícia boa. O bandido mais procurado do Rio de Janeiro, o tal de Fernandinho Guarabu, foi para o saco, morreu. Fernando Gomes de Freitas, Fernandinho Guarabu, morreu numa operação policial hoje. Além dele, foram mortos mais quatro criminosos. O Guarabu era um dos mais procurados pela polícia do Rio e tinha uma recompensa de 30 mil reais para quem desse informações sobre o paradeiro. Podia dar essa grana para o policial, já que não deu paradeiro, mas já mandou o cara para o saco. Seria ideal dar essa grana para o policial que fez essa libertação para a sociedade. Um traficante, um bandido a menos para encher o saco da sociedade brasileira.

Nós somos muito cobrados aqui pelo pessoal excedente. Nesse caso aqui é da SAP, da Secretaria da Administração Penitenciária. Eu quero dizer a todos que nós fizemos aqui uma indicação ao Sr. Governador de estado, que depois foi para a Secretaria da Segurança Pública. Retornou-nos a secretaria, dizendo que o nosso pedido foi atendido. Estão sendo convoca-dos vários homens para a SAP.

Para os senhores terem ideia, o Edital nº 121, de 2014, tinha 1.140 vagas. Dos 1.140, foram chamados 2.873. Ou seja, já chamaram o dobro de vagas. Ainda restam 1.120 excedentes ou remanescentes. Segundo aqui o nosso amigo Luiz Carlos Catirse, que é o secretário-adjunto, ele informa que esse curso de 2014 foi prorrogado até 21 de janeiro de 2021, ou seja, possivelmente esses excedentes serão chamados. É uma notícia que nós trazemos a todos. Excedentes do concurso da SAP.